

GT-11 – Informação e Saúde

ISSN 2177-3688

“QUE NADA NOS LIMITE”: UM ESTUDO SOBRE A LITERACIA E A SAÚDE DA MULHER

“THAT NOTHING LIMITS US”: A STUDY ON LITERACY AND WOMEN'S HEALTH

Tayssa Nobre Lobo – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Leandra Alencar Soares Lima de Passo – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria de Fátima Oliveira Costa – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Lidia Eugenia Cavalcante – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Discute a literacia em saúde da mulher na atualidade pelo olhar do campo da Ciência da Informação, assim como propõe reflexões para os profissionais da informação acerca do seu papel no processo de divulgação informacional para a saúde. Para tal, o artigo tem como objetivo geral relacionar a literacia em saúde ao contexto da mulher contemporânea, trazendo a conceituação do termo num breve panorama da saúde da mulher brasileira e, assim, refletir sobre o papel do profissional da informação neste cenário. No que concerne aos aspectos metodológicos, trata-se de uma revisão de literatura em torno da temática supracitada, sendo exploratória quanto aos objetivos, além de apresentar uma abordagem qualitativa dos materiais utilizados para a fundamentação teórica da pesquisa. Verificou-se que o enfoque da literacia em saúde ainda é incipiente nas produções científicas da área, necessitando de um olhar mais clínico dos pesquisadores da CI, especialmente no que se refere à perspectiva feminina. Considera-se que se trata de um assunto que demanda novas pesquisas e aprofundamentos teóricos e sociais, sobretudo nos estudos propiciados pela Ciência da Informação.

Palavras-chave: Literacia em Saúde; Saúde da Mulher; Informação em Saúde.

Abstract: This article discusses women's health literacy in the present day from the perspective of the field of Information Science, while also proposing reflections for information professionals regarding their role in the process of health information dissemination. The overall objective of the article is to relate health literacy to the context of contemporary women, providing a conceptualization of the term within a brief overview of Brazilian women's health, and thus reflecting on the role of information professionals in this scenario. In terms of the methodological aspects, this is a literature review on the aforementioned topic, exploratory in nature regarding its objectives, and employing a qualitative approach to the materials used for the theoretical foundation of the research. It was found that the focus on health literacy is still limited in scientific productions in this field, requiring a more clinical perspective from Information Science researchers, especially regarding the female perspective. It is considered an issue that demands further research and theoretical and social deepening, particularly in the studies facilitated by Information Science.

Keywords: Health Literacy; Women's Health; Health Information.

1 INTRODUÇÃO

A informação interliga universos, reúne e confronta preceitos, transitando entre as suas múltiplas definições conforme a abordagem de cada campo teórico. Seja no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) ou nas Ciências Naturais, este elemento – se a imaginarmos como uma forma ou algo em si – é insumo para a apresentação de novas descobertas, atualizações de conhecimentos estratificados e na formulação de questionamentos cada vez mais recentes sobre uma publicação e outra. Visualizada em diferentes ângulos nos pormenores que cercam sua existência, ela ainda está alinhada à redução de incertezas, principalmente quando se relaciona às necessidades de informação dos usuários.

Capurro e Hjørland (2007) apresentam os aspectos epistemológicos da informação a partir da terminologia e de seu uso no contexto moderno e pós-moderno, além de tratá-la em eixo interdisciplinar – característica tão cara à CI – e nas áreas Humanas, Sociais e Naturais. Dentre o apanhado realizado para esta pesquisa, uma das perspectivas feitas pelo autor é de que a informação, para que seja considerada de fato esclarecedora, dependerá da questão feita. Nesse sentido, ao posicionar seu uso diante do usuário como ponto de partida, pode-se dizer que a informação é o “algo” que alcança a resposta para uma pergunta.

Contudo, traçar parâmetros sobre o uso da informação de acordo com as necessidades de seus usuários é também compreender que ela irá atender às questões não unicamente de um indivíduo, mas de um grupo em determinadas situações. Para isso, ela precisa ser criada/coletada, organizada, interpretada e armazenada de tal maneira a reagir sobre as problemáticas mais diversas. Sendo assim, o sujeito informacional a quem ela é direcionada é um participante ativo nesse processo, capaz de se apropriar das informações de forma competente. No caso da Medicina, como os próprios autores citam, esta função está na resolução de problemas em saúde, ligada à promoção do bem-estar social, com base em informações de qualidade (Capurro; Hjørland, 2007).

Em meio aos ditames em que a sociedade esteve inserida durante a pandemia de COVID-19 até a oficialização de seu fim pela Organização Mundial da Saúde (Opas, 2023), destaca-se a proeminente ascensão da infodemia, sustentada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Desse modo, os usos da informação encontram-se cada vez mais próximos da palma das mãos e, ao mesmo tempo, tão distantes de atender às

necessidades informacionais necessárias e desejadas. Nessa perspectiva, Davenport (1998) declara que o fascínio tecnológico tenha possivelmente deixado de lado a característica principal da informação: informar.

O uso deste elemento, no entanto, não possui apenas o apelo na área da saúde ou da CI, transpondo-se para os aspectos sociais que delineiam as relações no mundo, dentre as quais destacamos a desigualdade e o construto de gênero. Sendo o seu acesso um ponto de discussão na qualidade de informações disponíveis *online*, alicerçadas pelo uso das TDIC. O ato de buscar respostas para as perguntas feitas, sanar dúvidas ou reduzir incertezas tornou-se um quesito de complexidade na sociedade da informação. Termos como alfabetização e letramento em saúde, assim como a própria ascensão da literacia em saúde, demonstram a relação entre a capacidade do usuário de manejar as informações advindas de uma área tão sujeita a atualizações constantes e a disponibilização de ferramentas para mediação desse processo.

Através do olhar da CI, as questões que cercam os usuários no que concerne a informação em saúde, sobretudo a partir de um recorte social e de uma abordagem que envolva a perspectiva feminina, sobrepõem à competência atrelada a este tipo de busca, caracterizada pelo obscurantismo da era informacional durante e após a COVID-19. Consideradas as espinhas dorsais do sistema de saúde, nas palavras da OMS (2011), as mulheres possuem baixa representatividade no papel de provedoras informacionais em saúde, enquanto sua atuação na prestação de cuidados primários à família. Por exemplo, continuamente elas estão relacionadas à figura de responsável pelo lar e pelo bem-estar de outras pessoas. No entanto, onde estão essas mulheres como usuárias de informação em saúde, muitas vezes invisibilizadas?

A saúde do ser humano envolve diversas partes de suas vivências e experiências cotidianas. O meio ambiente, trabalho, lazer, moradia e a renda são fatores que influenciam na qualidade de vida de uma pessoa. No caso da mulher, as relações de trabalho e as problemáticas sociais advindas de questões de gênero, tais como as segundas e terceiras jornadas de trabalho e indicadores de pobreza menstrual nas regiões do país, pesam sobre seu estado de bem-estar. Assuntos como menstruação, parto, menopausa e questões hormonais para além de comorbidades em geral, atingem mulheres desde a tenra infância, colocando-as como protagonistas na busca por questões sobre a própria saúde desde muito cedo.

Diante disso, podemos observar que tanto a desigualdade socioeconômica quanto os estereótipos de gênero influenciam diretamente na saúde da mulher, assim como na maneira que estas se apropriam das informações visando o próprio bem-estar. Portanto, a partir dessas reflexões delineamos a pergunta de partida para esta pesquisa: **Qual é o papel da literacia em saúde nos cuidados relativos à saúde da mulher?**

Tal questão, visualizada sob os aspectos da Ciência da Informação, leva em conta os preceitos de que a informação visa atender às questões de um grupo e sanar as necessidades de seus usuários, tido como sujeito ativo na busca e compreensão de informações. Logo, tem-se como **objetivo geral** relacionar a literacia em saúde ao contexto em que a mulher contemporânea está inserida. Nesse sentido, foram elencados como **objetivos específicos**: a) Conceituar o termo literacia em saúde; b) Apresentar um breve panorama sobre a saúde da mulher; e c) Propor reflexões sobre o papel do profissional da informação no processo de apropriação informacional para a saúde.

Por fim, quanto às justificativas, a pesquisa tem como intuito alcançar relevância científica e acadêmica no que se refere aos estudos sobre literacia em saúde, especialmente pelo viés da Ciência da Informação, buscando contribuir para que mais investigações sejam desenvolvidas no campo acerca da temática apontada. Para as justificativas social e pessoal, espera-se que as mulheres sejam mais contempladas nas produções científicas da área, fator este que motivou as autoras do estudo a discutirem acerca do protagonismo feminino e da importância de oferecer informações sobre saúde compreensíveis e acessíveis, visando uma melhor qualidade de vida para o referido público.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão de literatura sobre literacia em saúde e as questões relacionadas à saúde da mulher na atualidade, bem como breve discussão acerca do papel dos profissionais da informação no que se refere às possíveis contribuições para promover o acesso e suprir necessidades informacionais do público feminino. Esse procedimento “apresenta uma síntese dos textos lidos para formular e contextualizar o problema” (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 57). As perguntas que se busca responder são: O que se sabe sobre o assunto? Como a literatura na Ciência da Informação trata essa temática?

O trabalho caracteriza-se, quanto à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. O fato de que este tipo de pesquisa é utilizado para a criação e registro de

fontes de informação desde muito antes de sua nomeação e acompanha a evolução do conhecimento, como declaram Bentes Pinto e Cavalcante (2015), reafirma a sua importância para o fazer científico.

Ainda de acordo com as autoras, uma das formas em que a pesquisa bibliográfica pode relacionar é indagar: o que é? Como é? E por quê? Em suma, “seria ter o domínio da teoria e seus conhecimentos de causa, pela apropriação do objeto a partir da literatura que nos possibilitou chegar a compreendê-lo e a ensinar esse tipo de pesquisa” (Bentes Pinto; Cavalcante, 2015, p. 21).

Quanto aos objetivos, o artigo sustenta-se sob a perspectiva dos estudos exploratórios, os quais “permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. (Triviños, 2013, p. 109). Sendo assim, o ponto de partida está na busca em aprofundar os conhecimentos sobre uma realidade específica e levantar possíveis problemas de pesquisa. Este tipo de investigação, como trata o autor, não exige a revisão de literatura – dentre outras maneiras de se especificar a práxis – de ser um estudo com a severidade de um trabalho científico. Minayo (2004, p. 171) ressalta que uma das bases filosóficas da elaboração científica é o “caráter aproximado do conhecimento que se constrói a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a compreensão, a crítica e dúvida, embora isso não se dê de forma linear e nem somativa.”

Escolheu-se a abordagem qualitativa como forma de se pesquisar, pois, esta “apoia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos” e onde “o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que se expressam, do mesmo modo que nas relações entre as unidades de sentido assim construídas” (Laville; Dionne, 1999, p. 224-225). Desse modo, o pesquisador sustenta-se sobre fundamentos já trabalhados, mas não se abstém de expor as relações entre os construtos apresentados.

Em complemento à abordagem, buscou-se tratar das relações sociais que envolvem a literacia em saúde diante da pluralização das esferas da vida que, no caso, refere-se aqui ao âmbito da mulher. No caso dos estudos de gênero, UWE (2009) aponta a pesquisa feminista como parte dos avanços da pesquisa qualitativa, visto que estes estudos, em específico, proporcionam as diferentes perspectivas sobre gênero e a desigualdade no âmbito social.

Nessa perspectiva de construção da pesquisa, as bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

(Brapci) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores escolhidos para delimitação na pesquisa foram “literacia em saúde”, “saúde da mulher”, “informação em saúde”, “letramento em saúde” e “alfabetização em saúde”. Em razão de a pesquisa apresentar resultados relativamente insuficientes quanto ao assunto em questão, não se delimitou um período específico, nos atentando à possibilidade de maior recuperação sobre a temática.

3 POR UM CONCEITO DE LITERACIA EM SAÚDE

À priori, o conceito de literacia (ou letramento) não é recente, afinal de contas, antes de sua contribuição para a área da saúde, vários autores de outros campos já exploravam as definições do termo. No cenário brasileiro, a linguista Mary Kato foi uma das pioneiras quanto ao seu uso por volta de 1986. Contudo, a palavra incorporou seus escritos apenas como referência, sem estar acompanhada de uma conceitualização. Desse modo, numa tentativa primária de compreender seu significado, Soares (2006) retratou a raiz etimológica do vocábulo a partir do entendimento do termo em inglês *literacy*, originalmente do latim *littera* que significa letra, em união com o sufixo -mento. A junção das partes passou a ser concebida como letramento, ou seja, aquilo que “denota o resultado de uma ação”, no entanto, sob a perspectiva das práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2006, p. 18).

Gomes *et al.* (2000, p. 1) entendem a literacia como a “capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos)”. Os autores trazem duas características principais sobre o universo deste termo, que pode remeter tanto a análise do uso efetivo habilidade leitora, de escrita e de contagem no dia a dia, quanto um conjunto de competências dividido em níveis de literacia, apresentando graus diferentes de dificuldade. Assim, para a abordagem deste trabalho, entende-se a literacia em sua primeira característica, respectivamente, alinhando-a ao pensamento de Soares (2006).

Para entender melhor sua atuação é necessário atravessar este termo pelo que se define saúde. Para a OMS (*apud* Segre; Ferraz, 1997), o conceito representa o perfeito bem-estar físico, mental e social. Os autores, apesar de reconhecerem o vanguardismo desta definição, ainda a caracterizam como irreal. Esta visão concatena-se às problemáticas em promover um estado de bem-estar integral ao cidadão em razão das desigualdades sociais e sua influência no ser humano como um todo.

Segundo a Lei 8.080/1990, toda a organização estrutural de um país, seja social ou econômica, é expressa a partir dos níveis de saúde da população. Os determinantes e condicionantes que a influenciam variam entre o estado alimentar, situação de moradia, condições de saneamento básico, direitos trabalhistas, nível de renda adequado, prática de atividades físicas, lazer, serviços essenciais, entre outros. Observa-se que a saúde não está completa sem a influência de fatores sociais externos ligados à condição fisiológica humana.

Na modernidade ocidental, as pestes e guerras foram latentes para uma preocupação social com a doença. De acordo com o Dicionário da Educação Profissional em Saúde, a ascensão da Medicina interligou os saberes biológicos à máquina humana, caracterizando o combate contra doenças, mas não necessariamente sua cura (Luz, 2023). A autora declara que, de acordo com Foucault, a chamada Clínica Moderna irá significar o estado de saúde ao não estar doente, não portar patologia, estar assintomático, concepção também proveniente do modelo biomédico.

No entanto, Luz (2023) afirma que um saber hegemônico não significa único, mas sim dominante – o que nos abre a possibilidade em formular preceitos e adaptar este tempo a diversos contextos. Assim, pode-se afirmar que este termo ainda está em construção, sujeito a variações históricas, socioculturais e científicas, apesar de possuir uma definição estabelecida. Sendo assim, unir a literacia ao conceito de saúde percorre saberes epistemológicos de ambos como um todo e é a partir desta junção terminológica que se entende a literacia como o conjunto de “competências cognitivas e sociais e a capacidade da pessoa para aceder, compreender e utilizar informação por forma a promover e a manter uma boa saúde” (PORTUGAL, Ministério da Saúde, 2018, p. 6).

Ainda que o termo *health literacy* esteja inserido no radar científico desde a década de 1970 e tenha ganhado destaque mundialmente no início dos anos 2000, os trabalhos que utilizaram este termo foram incorporados à literatura brasileira há pouco mais de uma década. Advinda deste fato, a escolha em tratar dessa temática a partir do uso do termo literacia em saúde é recente, principalmente quando comparada aos estudos envolvendo os conceitos de alfabetização e letramento na área, ambos utilizados na maioria das vezes como sinônimos para o termo no contexto nacional. (Peres, 2023).

Diante dos homônimos, no entanto, a escolha da literacia no plano científico do Brasil justifica-se, de acordo com Peres (2023), na sua abrangência e na contemplação de uma tradução mais adequada, principalmente na funcionalidade em tratar os estudos de

health literacy multidimensionalmente e na busca por soluções para os problemas do campo. O autor ainda complementa que estudos deste termo foram desenvolvidos a fim de compreender em como tais capacidades poderiam ser levadas em consideração no meio individual e coletivo.

Posto isso, é mister ressaltar a percepção da vida saudável para além da Medicina de tratamento, traduzidas em comportamentos profiláticos e protetores gerais de integridade, base para atuação da literacia. Nessa perspectiva, uma das definições mais completas é a de Zarcadoolas, Pleasant e Greer (2005, tradução nossa), em que esta é tida como uma gama de habilidades e competências que as pessoas desenvolvem para buscar, compreender, avaliar e utilizar as informações e conceitos em saúde na tomada de decisões, redução de riscos de saúde e maior qualidade de vida.

Desse modo, definir uma expressão que conceba a qualificação de processos individuais e coletivos, tanto na interpretação quanto na tomada de decisão, objetiva não apenas a qualidade em saúde, mas também na vida. Se, como retratado anteriormente, estar saudável implica no bem-estar integral de uma pessoa, é inegável que a literacia corrobora na manutenção de uma vivência apropriada e transborda a definição de saúde para além do estado não sintomático. Sendo assim, também pode-se dizer que ela contempla o “amplo e diverso conjunto de habilidades e competências que os indivíduos utilizam para buscar, compreender, avaliar e dar sentido a informações sobre saúde, visando ao cuidado de sua própria saúde ou de terceiros” (Peres *et al*, 2023, p. 113).

Não obstante a isso, sua aproximação às TDIC permite seu transporte às práticas informacionais no meio digital. Contudo, é preciso entender que as ferramentas digitais não contemplam a população como um todo, ressaltando que a não familiaridade com esses instrumentos apresenta-se em “grupos de pessoas idosas, vulneráveis ou de origens socioeconômicas desfavorecidas que não usam esses meios por terem acesso limitado aos mesmos, ou por terem baixos níveis de Literacia em Saúde Digital” (PORTUGAL, Direção-Geral da Saúde, 2019, p. 16).

Portanto, o direito constitucional à informação não implica necessariamente no acesso à sua qualidade, pois pressupõe-se que a exposição *online*, da mesma forma que contribui para a propagação de informações, também pode fomentar a desinformação. Isto amplia o risco dos efeitos do manejo indiscriminado dessas tecnologias. Afinal, se este elemento está atrelado à redução de incertezas, a literacia está da mesma forma alinhada à

integridade do uso de informação. Sendo assim, como afirmam Davi e Garcia (2020, p. 83), o direito à informação de qualidade contribui para o “[...] empoderamento, a equanimidade e a inclusão. Razões que conduzem a sociedade contemporânea a enfrentar processos acelerados de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais”. E é a partir da visualização da literacia em saúde, sob influência das relações sociais, que se fez o recorte de gênero a fim de entender seu papel na saúde da mulher. Para tal, buscou-se apresentar um parâmetro da saúde feminina no Brasil atual.

4 "QUE NADA NOS LIMITE": UM OLHAR PARA A SAÚDE DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Quando Simone de Beauvoir escreveu no livro *A Força da Idade*, em 1960, sobre sua volta à Paris e como a liberdade a encantou, sua icônica frase para retratar tal percepção entrou para a história. Em determinado trecho, a escritora revelou que, naquele momento, “nada, portanto, nos limitava, nada nos definia, nada nos sujeitava; nossas ligações com o mundo, nós é que as criávamos; a liberdade era nossa própria substância” (Beauvoir, 1984, p. 20). Essa afirmação ainda hoje é colocada no contexto da busca pela independência do feminino e na equidade de direitos e acessos entre os gêneros. Sua importância é, de tal modo, atemporal, que buscou-se representá-la no título deste artigo, utilizando um pequeno extrato do texto em consonância à licença poética.

Nos meandros da segunda metade do século XX, a máxima de Beauvoir já explorava as tramas que interseccionavam a vivência da mulher; e décadas depois, ainda transmite significados para além da liberdade em prol da causa feminista. Desse modo, no que concerne às ações promovidas pelo movimento feminista em favor da mulher, Rozenfeld (1989, p. 244) analisa que:

[...] a ampliação do campo de atuação dos movimentos feministas em direção às questões ligadas ao uso do corpo, à sexualidade e à reprodução ecoa junto aos meios de comunicação de massa, chamando a atenção da sociedade em seu conjunto para os aspectos históricos, ideológicos e políticos do problema.

Em conformidade, no que se refere aos preceitos ocidentais, a Organização das Nações Unidas (ONU) compilou o documento intitulado “Direitos da Mulher”, reunindo doze categorias essenciais. Dentre elas, destaca-se o direito à vida, à liberdade, à informação e à saúde, conceitos atrelados aos processos sociais e que, ao longo das mudanças políticas, culturais e científicas, também apresentaram mudanças. Dito isso, entender-se como uma

peessoa saudável e com saúde acompanha esse trajeto, pois não se compreende este estado apenas como sendo a ausência de uma doença. Portanto, associar a mulher sob este único aspecto não é mais uma opção no ideal de saúde contemporâneo.

Nas relações sociais e de trabalho, a mulher é integrada no papel de quem cuida, mas é retirada do lugar de quem precisa de cuidados, principalmente no âmbito da própria saúde feminina. Esse cenário paradoxal demonstra que as necessidades informacionais a respeito do próprio bem-estar da mulher são indiferentes ao saber em literacia em saúde. Essa perspectiva é questionada quando, em 2021, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), revelam que a população brasileira é composta majoritariamente por mulheres (51,1%). Outrossim, trabalhos que relacionem ambos os assuntos podem trazer uma visão mais específica sobre o tema, visto que o grupo que se identifica com o gênero feminino representa a maioria em quantidade populacional, mas a minoria nos aspectos sociais.

Além disso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2011), o fato de as mulheres viverem mais do que os homens não implica na ocorrência de uma longevidade saudável. As condições biológicas e hormonais vivenciadas ao longo do tempo por pessoas cis e trans¹ contemplam processos não apenas fisiológicos, mas também sociais, que acarretam riscos à saúde e necessitam de atenção durante toda a vida. Nesse sentido, os impactos na saúde são duramente questionados quando se coloca em discussão as relações de gênero e as desigualdades sociais, principalmente no contexto brasileiro.

É válido salientar, pela visão de Rozenfeld (1989), que a participação da mulher em relação a sua saúde não é responsabilidade única e exclusiva da pessoa, sobretudo pelo fato de que a base para promover o envolvimento do indivíduo numa determinada realidade está em pontos fundamentais que se relacionam diretamente com a própria compreensão de literacia em saúde, ou seja, propiciar o acesso ao conhecimento para que se possa desenvolver opiniões, críticas e debates acerca da realidade apresentada e vivenciada. Corroborando com as discussões explanadas, Davi e Garcia (2020) argumentam que:

¹ Apesar de a pesquisa trazer uma perspectiva feminina segundo o entendimento de mulher cisgênera, buscamos evitar a exclusão social no estudo, tendo em vista que “pessoas com útero” e “pessoas que menstruam” são expressões que pretendem incluir indivíduos para além da cisgeneridade. Portanto, nos referimos a cis e trans para acolher na discussão pessoas que não são mulheres cisgêneras e que podem ser homem trans, intersexual, queer ou identificar-se como não-binário.

A mulher configura um papel de transformação da sua realidade social. A partir do **movimento feminista** e das **discussões tecidas no gênero**, elas assumem o lugar que é delas por direito, questionando as desigualdades e os modelos socialmente impostos, ecoando o grito por igualdade de direitos, participação na vida política, social, condições dignas de trabalhos e decisões para assumir o próprio corpo (Davi; Garcia, 2020, p. 84, grifo nosso).

Na atualidade, entende-se que o acesso à informação não está conectado apenas ao papel ou aos registros físicos, principalmente quando nos deparamos com a internet e os inúmeros meios midiáticos que proporcionam disseminação informacional a todo tempo. Em consonância, a denominada Revolução da Informação é, de acordo com Cavalcanti (1995), resultado do avanço tecnológico da Informática e das ferramentas da comunicação, com perspectivas de um futuro com mudanças radicais que afetem a estrutura social e as organizações. Essa evolução materializada das TDIC reverbera no poder de uso e consumo da informação, principalmente quando relacionada à qualidade de vida. Como o autor afirma, é por intermédio dela que se tenderá a tomar decisões mais rápidas e assertivas, contribuindo para os fatores que influenciam na vida das pessoas.

Em meio ao contexto informacional, as necessidades das quais o ser humano é confrontado diariamente contrapõem-se com fatores sociais, econômicos, psicológicos, étnicos, culturais e de gênero. Dessa forma, os comportamentos dos usuários da informação corroboram com o pensamento de Dias e Pires (2004) sobre as necessidades informacionais, no qual destaca-se:

Necessidades e usos são interdependentes, influenciam-se reciprocamente de maneira complexa. [...] determinam o comportamento do usuário e suas práticas. O conhecimento das necessidades de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem em um processo de busca de informação (exigência oriunda da vida social, exigência de saber, de comunicação, de lazer, entre outras) (Dias; Pires, 2004, p. 11).

A busca por redução de incertezas está alinhada aos estudos que envolvem usuários, visto que, esse processo “tem origem numa situação problemática (um estado anômalo de conhecimento, a percepção de uma lacuna no conhecimento), que é o mecanismo ativador das ações de busca por informação, elemento determinante do processo [...]” (Araújo, 2016, p. 65). De fato, o uso deste insumo possui um grande impacto na forma como as pessoas veem o mundo, principalmente no quesito da literacia em saúde. Ligado a isso, é importante ressaltar:

[...] literacia em saúde significa mais do que ser capaz de ler panfletos e marcar consultas. Ao melhorar o acesso das pessoas às informações de saúde e sua capacidade de usá-las de forma eficaz, a literacia em saúde é fundamental para o empoderamento (World Health Organization, 1998, p. 10, tradução nossa).

Assim, trabalhar a literacia em saúde da mulher pela ótica da Ciência da Informação se torna necessário ao observar o contexto situacional em que as mulheres estão inseridas a partir do momento em que o fator social confronta fortemente o letramento informacional desse público. Além disso, compreender que o profissional da informação também faz parte desse processo de empoderamento – físico e social – torna as possibilidades de sanar dúvidas e de propiciar informação correta e segura ainda mais amplas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, evidencia-se que os objetivos propostos anteriormente foram contemplados na pesquisa, sobretudo no que concerne à discussão sobre literacia em saúde e os aspectos informacionais em torno da saúde da mulher na atualidade. Constatou-se que, diante da leitura dos textos selecionados e das discussões promovidas em torno da temática, literacia em saúde, em especial voltada para o público feminino, que este grupo tem assumido múltiplas responsabilidades tanto no contexto doméstico quanto profissional e social, muitas vezes acarretando uma ausência de cuidados mais frequentes com a sua saúde e bem-estar. Os fatores para explicar esse cenário são diversos, alguns deles já mencionados previamente, como os socioeconômicos e as questões de gênero. Contudo, os caminhos da pesquisa nos levaram a um dos motivos julgados como um dos principais obstáculos que limitam o acesso à informação em saúde: a complexidade dos informativos nos serviços de saúde que inviabilizam a compreensão do conteúdo que intenta ser supostamente informado.

Sob os aspectos levantados no início deste trabalho, para que haja transmissão da informação e sua validade seja atestada, ela precisa responder à questão da qual foi indicada, ou seja, visando atender as necessidades informacionais dos usuários. Seja voltada para a redução de incertezas de uma pessoa ou um grupo em si, a informação necessita do sujeito informacional para que atinja seu principal objetivo. Desse modo, o acesso a este insumo de forma qualitativa e confiável, que atenda às necessidades de seus usuários – no caso, as mulheres –, faz parte dos parâmetros fundamentais do exercício da cidadania e do

entendimento da mulher como sujeito detentor e propagador de conhecimento, concedendo-lhe protagonismo na esfera pública e na vida pessoal e privada.

Neste cenário, a literacia utiliza de seus preceitos como uma forma de tornar possível o uso das TDIC por meio de ações governamentais na promoção de saúde, mas também coloca o ser humano como figura principal na busca por informações confiáveis, visto que a compreensão leitora e interpretativa está interligada ao acesso seguro de dados. Este conjunto de habilidade e competências, no entanto, são influenciadas por agentes externos e, devido a isso, para que se busque a informação em saúde em razão da manutenção do próprio bem-estar, é necessário que existam ferramentas e orientações para tal.

Por conseguinte, urge a necessidade de os veículos governamentais, como páginas na web, panfletos e folhetos informativos, bem como os profissionais da área da saúde e, também, da Ciência da Informação, orientarem os usuários dos ambientes de saúde com uma comunicação mais acessível, utilizando linguagem mais inclusivo, popular e menos técnico, pois além de facilitar o acesso à informação desejada e que, muitas vezes, não alcança o público para o qual se destina, ainda poderá contribuir para o desenvolvimento crítico de inúmeras mulheres que, em geral, não têm o conhecimento dos seus direitos.

Assim, salienta-se que essa pesquisa servirá para outros estudos semelhantes almejando o aprofundamento da temática em trabalhos futuros, além de motivar outros pesquisadores a contribuírem para novas produções sobre saúde da mulher na perspectiva da literacia informacional sob o olhar da Ciência da Informação.

AGRADECIMENTOS

Declaramos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Mestrado para autoras desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970/2694>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

BENTES PINTO, V.; CAVALCANTE, L. E. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, V.; VIDOTTI, S. A. B. G.; CAVALCANTE, L. E. (org.).

Aplicabilidades metodológicas em ciência da informação. Fortaleza: Edições UFC, 2015, p. 15-34.

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1990.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33134>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CAVALCANTI, E. P. Revolução da Informação: algumas reflexões. **Caderno de pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em:
<http://www.tecspace.com.br/paginas/aula/faccamp/TI/Texto01.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVI, M. C.; GARCIA, J. C. R. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 2, p. 75-103, 2020. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141763>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2004, p. 11-154.

GOMES, M. D. C., ÁVILA, P., SEBASTIÃO, J., COSTA, A. D. Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrônicas e internacionais. CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: APS, 2000. Disponível em:
<https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/novas-analises-dos-niveis-de-literacia-em-portugal-comparacoes-diacronicas-e-internacionais/14338>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, M. C. S. O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Mulheres e saúde**: evidências de hoje, agenda de amanhã, 2011.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19, **Organização Pan-Americana da Saúde**, 5 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PERES, F. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p. 1563–1573, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cdmwH5gd66VNCXhVQJXJ3KD/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. **Direção-Geral da Saúde. Plano de ação para a literacia em saúde 2019-2021**. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-de-acao-para-a-literacia-em-saude-2019-2021.aspx>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PORTUGAL. Direção-Geral da Saúde. **Manual de Boas Práticas Literacia em Saúde - Capacitação dos Profissionais de Saúde**. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/noticias/2019/09/13/literacia-em-saude-7/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ROZENFELD, Suely. A mulher e os serviços de saúde. In: LABRA, Maria Eliana (org.). **Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 241-276.

LUZ, M. T. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde, Rio de Janeiro: FioCruz, 2023. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sau.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SEGRE, M; FERRAZ, F.C. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 42-538, 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-234432>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 175p.

UWE, F. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health promotion glossary**. Genebra, 1998. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HPR-HEP-98.1>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ZARCADOOLAS, C.; PLEASANT, A.; GREER, D. S. Understanding health literacy: an expanded model. **Health promotion international**, v. 20, n. 2, p. 195–203, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15788526/>. Acesso em: 10 jul. 2023.